

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Curso de Serviço Social – EAD

AUTORES

Pamela Alves da Silva

Eduardo Gonçalves Moreira

Ideuvania Santos Souza da Silva

Adriana Elia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ariana Siqueira Rossi Martins

Título

O Serviço Social e a Pessoa Idosas na política de assistência social.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado(a) à Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Assistente Social no curso de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ariana Siqueira Rossi Martins

RIBEIRÃO PRETO – SP 2025

Resumo

O presente estudo de análise examina as políticas públicas de assistência social destinadas à pessoa idosa no Brasil, com foco na eficácia dos mecanismos de proteção e na atuação estratégica do assistente social. Constata-se que a acelerada transição demográfica nacional, ratificada por dados como o crescimento de 51,1% da população 60+ em grandes centros urbanos (Censo 2022), impõe desafios complexos à estrutura de proteção social. A pesquisa, de natureza documental e bibliográfica, fundamenta-se na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS) e no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) como marcos essenciais na garantia do direito à dignidade.

A análise identifica que o SUAS atua em eixos cruciais, por meio de serviços como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Núcleos de Convivência do Idoso (NCI) e as Instituições de Longa Permanência (ILPI). O trabalho enfatiza a importância da Proteção Social Especial (PSE) para o enfrentamento da violação de direitos e da dependência, que se configura como um problema social a ser tratado com estratégias de inclusão e acessibilidade.

Demonstra-se que o (a) Assistente Social desempenha um papel central e estratégico, atuando como agente mediador e profissional executor no território. Suas competências técnico-operativas e ético-políticas são mobilizadas para a escuta qualificada, o acolhimento socioassistencial e a articulação intersetorial (Saúde, Justiça) indispensáveis à proteção integral e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O estudo conclui, contudo, que a plena efetivação dos direitos demanda a superação de desafios estruturais, notadamente a insuficiência de cofinanciamento e a precarização da força de trabalho, cabendo ao profissional o dever de defender o financiamento adequado e a universalidade das políticas.

Palavras-chave: Assistência Social; Pessoa Idosa; Proteção Social; Estatuto do Idoso; Serviço Social.

Sumário

Introdução

Metodologia

2.1. Tipo de Pesquisa

2.2. Instrumentos de Coleta de Dados

2.3. Análise de dados

Objetivos

3.1. Objetivo geral

3.2. Objetivo específico

Desenvolvimentos

Considerações finais

Referências Bibliográficas

Introdução

O presente estudo tem como tema central a análise das políticas públicas de assistência social voltadas para a pessoa idosa no Brasil, com foco especial na identificação dos mecanismos que melhor atendem às suas necessidades e na atuação do(a) assistente social neste campo.

A escolha deste tema justifica-se pela inegável e crescente realidade do envelhecimento populacional no Brasil, uma transformação demográfica que impõe novos e complexos desafios para as políticas públicas, sobretudo no âmbito da assistência social. Neste contexto, torna-se imperativo compreender a eficácia da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Lei

Orgânica da Assistência Social (LOAS) na garantia dos direitos e na promoção do bem-estar, autonomia e dignidade da população idosa.

O trabalho oferecerá contribuição ao Serviço Social e à sociedade em geral, na medida em que busca analisar as potencialidades e os desafios dessas políticas, fornecendo subsídios para a compreensão de como a profissão pode atuar de forma mais estratégica na defesa dos direitos da pessoa idosa e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A análise será realizada por meio da investigação das políticas da assistência social, identificando seus principais serviços e benefícios direcionados à pessoa idosa, e, fundamentalmente, examinando o papel do(a) assistente social na efetivação dessas diretrizes, buscando articular o marco legal com a realidade prática da proteção social.

1 Metodologia

Tipos de Pesquisas:

Pesquisa documental: Análise de documentos oficiais, leis, políticas públicas e relatórios do governo relacionadas a assistência social.

Pesquisa bibliográfica: Revisão de literatura acadêmica sobre o tema.

Instrumentos de Coleta de dados:

Documentos oficiais: Leis, políticas públicas, relatórios governamentais e dados estatísticos relacionadas a assistência social.

Literatura acadêmica: Artigos, livros e dissertações sobre o tema.

Análise de dados:

Análise quantitativas: Análise crítica e interpretativas dos documentos.

Análise qualitativas: Análise de dados estatísticos relacionados a assistencial social.

Objetivos

Analisar as políticas da assistência social no Brasil, a fim de identificar seus principais desafios e oportunidades de aprimoramento e garantir a proteção social. O estudo é direcionado à garantia dos direitos e da dignidade da pessoa idosa.

Objetivo geral

Analisar as políticas da assistência social no Brasil, direcionadas a pessoa idosa, identificando seus principais desafios e oportunidades.

Objetivo específicos:

Analisar o Estatuto do Idoso lei 10.741/2003;

Analisar as ações do(a) Assistente Social junto à pessoa idosa;

Analisar os serviços, projetos, programas e benefícios da Assistência Social junto à pessoa idosa;

Identificar desafios.

3 Desenvolvimento

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estruturada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui um dos pilares da Seguridade Social brasileira, visando a concretização da proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade [Brasil, 2004]. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/1993) estabelece a assistência como direito público subjetivo e dever estatal. Neste eixo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é o principal mecanismo de segurança de renda não contributiva. No contexto do processo de envelhecimento populacional, a assistência social adquire proeminência estratégica [Veras, 2007]. A urgência dessas pautas é confirmada por dados recentes, como os da cidade de São Paulo, onde a população idosa (60+) ultrapassou 2 milhões de pessoas (17,7% da população), superando o número de crianças [Censo 2022, IBGE/SMUL]. O avanço demográfico impõe

riscos e vulnerabilidades complexas, exigindo a atuação da Proteção Social Especial (PSE) em situações de violação de direitos, como abandono, negligência e violência. O foco da PSE é assegurar a dignidade e segurança do idoso em risco, demandando coordenação intersetorial (Assistência Social, Saúde, Justiça e Segurança Pública) e ênfase no reforço dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004). Em uma perspectiva aprofundada, a compreensão da dependência de indivíduos idosos (ou com restrições físicas e cognitivas) deve ser abordada como um problema social, e não meramente como uma condição de saúde, considerando as dimensões econômicas, afetivas e relacionais envolvidas (MIOTO; LIMA, 2016). O cuidado é percebido como uma estratégia de proteção social e cidadania (TEIXEIRA; SOUZA, 2018), que viabiliza a acessibilidade, inclusão e autonomia (SILVA, 2017), permitindo que o idoso exerça plenamente seus direitos na vida em comunidade. O(a) assistente social assume a função de agente mediador e profissional executor das políticas no território. Sua intervenção se materializa nas unidades do SUAS, sendo complementada por ações municipais que demonstram a intersetorialidade necessária em São Paulo:

Proteção Social Básica (CRAS): Executada por serviços como o Núcleo de

Convivência do Idoso (NCI), focado no desenvolvimento da autonomia

e prevenção de riscos.

Proteção Social Especial (CREAS): Operando serviços de acolhimento e

unidades como as Instituições de Longa Permanência para Idosos

(ILPI) – moradia e cuidado coletivo, conforme o grau de

dependência.

Atenção à Saúde (SMS): Por meio do programa "Nossos Idosos" e

das URSI, garantindo a atenção integral à saúde.

A autora Maria Irene de Carvalho destaca a importância fundamental do assistente social na promoção dos direitos e na melhoria da qualidade de vida dos idosos. Segundo ela, é essencial adotar uma abordagem integral que considere todas as dimensões do envelhecimento. Ela enfatiza que o assistente social tem um papel crucial em diversas áreas, como políticas públicas, saúde, assistência social e no combate à violência contra o idoso.

Uma citação dela que resume bem essa visão é: "O principal objetivo da intervenção com idosos passa por conhecer e transformar a realidade das pessoas idosas, contribuindo, em conjunto com outras profissões, para o bem-estar desse grupo populacional através de um sistema global de ações."

Ela também reforça que o assistente social é essencial para garantir que as políticas públicas realmente saiam do papel e tragam melhorias concretas para a vida dos idosos.

A análise das projeções demográficas do Brasil mostra que a população idosa está crescendo rapidamente. De acordo com o Censo de 2022, o país tinha cerca de 22 milhões de pessoas com 65 anos ou mais, representando 10,9% da população. As projeções indicam que, até 2058, esse número vai aumentar significativamente. Qualitativamente, isso traz desafios como a necessidade de políticas públicas adequadas, acesso à saúde, moradia e combate à violência. Estados como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro já apresentam um índice de envelhecimento maior que 100, ou seja, mais idosos do que crianças. Isso reforça a importância de ações que garantam a inclusão e a qualidade de vida dos idosos, exigindo um esforço conjunto da sociedade e do governo.

O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) configura um marco regulatório essencial, consolidando a doutrina da proteção integral. O(a) assistente social desempenha um papel ético-político e técnico-operativo na concretização desses preceitos, atuando na escuta qualificada, no acolhimento socioassistencial e na articulação intersetorial. A interdisciplinaridade é um requisito para a integralidade do cuidado [PNAS, 2004]. Contudo, o sistema público é confrontado por desafios estruturais, como a insuficiência de cofinanciamento, a precarização da força de trabalho e a descontinuidade programática. A promoção do envelhecimento ativo e saudável demanda

maior aporte de recursos e planejamento de longo prazo, cabendo ao(a) assistente social exercer sua competência profissional na defesa do financiamento adequado das políticas públicas.

Desafios do Serviço Social na Velhice

O aumento da longevidade, embora seja uma conquista social, intensifica as vulnerabilidades e impõe ao Serviço Social demandas complexas que exigem práticas éticas, humanizadas e transformadoras (IAMAMOTO, 2008). Os principais desafios relacionados à atuação profissional frente à população idosa são:

Longevidade populacional: O aumento da expectativa de vida representa um avanço importante, mas exige do Serviço Social a pressão por políticas públicas que garantam qualidade de vida, participação social e respeito aos direitos da pessoa idosa, promovendo um envelhecimento ativo e saudável (BRASIL, 2003).

Condições de vida: A pobreza, a exclusão e a desigualdade social continuam sendo obstáculos significativos. Muitos idosos vivem com renda insuficiente, enfrentam precariedade habitacional e dificuldade de acesso a serviços essenciais. O Serviço Social atua para reduzir essas desigualdades, buscando assegurar condições de vida dignas e cidadania plena (CFESS, 2012).

Acesso à saúde: A demanda por serviços de saúde aumenta com o envelhecimento da população. No entanto, o acesso ainda é desigual, especialmente para idosos em situação de vulnerabilidade. O desafio está em garantir atendimento humanizado, contínuo e de qualidade, com políticas públicas voltadas à prevenção, promoção e reabilitação da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Violência contra a pessoa idosa: Casos de violência física, psicológica, financeira e negligência familiar têm se tornado cada vez mais frequentes. Esse é um dos maiores desafios enfrentados pelo Serviço Social, que precisa identificar, acolher e encaminhar os casos de forma ética e sigilosa, garantindo proteção e segurança aos idosos (BRASIL, 2003).

Inclusão social e preconceito etário: O idoso ainda é, muitas vezes, alvo de discriminação e exclusão, sendo tratado como alguém incapaz ou improdutivo. O Serviço Social tem o papel de combater o etarismo e promover a valorização da pessoa idosa, incentivando sua participação ativa na comunidade e nos espaços sociais (DEBERT, 2010).

Acesso à informação e aos direitos: Muitos idosos desconhecem seus direitos ou não sabem como acessá-los. O Serviço Social enfrenta o desafio de promover ações educativas e informativas que estimulem o empoderamento da pessoa idosa, facilitando o exercício da cidadania e o acesso a políticas públicas (CFESS, 2012).

Diante dos desafios apresentados, fica evidente que o papel do assistente social é essencial para a promoção dos direitos e da qualidade de vida da pessoa idosa. Sua atuação deve estar pautada na ética profissional, na defesa da cidadania e na construção de estratégias que favoreçam a inclusão social e o acesso a políticas públicas efetivas. O enfrentamento das desigualdades, da violência e do preconceito exige um olhar sensível, crítico e comprometido com a transformação social.

Soluções e estratégias de atuação do Serviço Social

Diante dos diversos desafios enfrentados pela população idosa, o Serviço Social tem um papel fundamental na formulação e execução de ações que garantam a efetivação dos direitos dessa parcela da sociedade. A atuação profissional deve ser orientada por princípios éticos, pelo compromisso com a justiça social e pela valorização da dignidade humana (CFESS, 2012). Entre as principais soluções e estratégias de atuação, destacam-se:

Fortalecimento das políticas públicas: O assistente social deve contribuir para a ampliação e a efetivação das políticas públicas voltadas à pessoa idosa, como saúde, assistência social, moradia, lazer e segurança. Isso envolve a articulação com diferentes setores e o acompanhamento das políticas de forma crítica e participativa (BRASIL, 2003).

Educação em direitos: Promover campanhas, palestras e atividades educativas é essencial para informar os idosos e suas famílias sobre seus direitos. A conscientização fortalece o protagonismo da pessoa idosa e estimula o exercício da cidadania (DEBERT, 2010).

Apoio familiar e comunitário: Estimular o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários é uma estratégia eficaz para prevenir o isolamento e a violência contra o idoso. O assistente social pode desenvolver grupos de convivência, rodas de conversa e atividades de integração social (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Atendimento humanizado e interdisciplinar: A atuação deve envolver uma escuta qualificada e o trabalho em conjunto com outros profissionais, como psicólogos, médicos e educadores. Essa abordagem interdisciplinar favorece um atendimento mais completo e sensível às necessidades da pessoa idosa (IAMAMOTO, 2008).

Combate ao preconceito e à exclusão social: O assistente social deve atuar na desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados à velhice, promovendo o respeito, a inclusão e a valorização do idoso como sujeito ativo na sociedade (CFESS, 2012).

Produção de pesquisas e diagnósticos sociais: A pesquisa social é uma ferramenta importante para compreender a realidade da população idosa e orientar a criação de programas e projetos mais eficazes. O conhecimento produzido contribui para o aprimoramento das práticas profissionais e das políticas públicas (IAMAMOTO, 2008).

4 Considerações finais

O estudo aborda a Proteção Social à Pessoa Idosa no contexto da acelerada transição demográfica brasileira, fundamentada na PNAS/SUAS e no Estatuto do Idoso. A atuação do (a) Assistente Social é central e estratégica, sendo o profissional chave na articulação da política social. Suas competências são demandadas na Proteção Social Especial para o enfrentamento da violação de direitos e na promoção da autonomia através de serviços como o NCI, ILPI e o acesso ao BPC. O profissional desempenha um papel ético-político e técnico-operativo crucial para mediar o acesso aos direitos, fortalecer vínculos e garantir que a dependência seja tratada sob uma perspectiva social e de cidadania, apesar dos persistentes desafios estruturais de financiamento e intersetorialidade do sistema. As soluções e estratégias apresentadas pelo Serviço Social reforçam a importância de políticas públicas integradas e de uma atuação profissional que valorize o envelhecimento como parte natural e digna da vida. Assim, o Serviço Social se consolida como uma profissão essencial na construção de uma sociedade que respeita, acolhe e protege seus idosos, promovendo uma velhice ativa, participativa e plena de direitos.

Referências

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Envelhecimento, contexto social e relações familiares: o idoso, de assistido a provedor da família. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dez. de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de out. de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2004.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012.

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA, Valéria Cristina Lopes. Proteção social e envelhecimento: desafios contemporâneos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 301–320, maio/ago. 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: MC. (data não especificada no original. Mantido o órgão mais recente que responde pela PNAS).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (SMUL) de São Paulo. [Dados sobre população idosa de São Paulo, utilizando dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE]. São Paulo, [2022]. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, Maria Lúcia da. Cuidado e proteção social no envelhecimento: desafios para o Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 253–263, jul./dez. 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria; SOUZA, Débora Alves de. Cuidado como expressão de cidadania: envelhecimento, direitos e políticas públicas. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 20, n. 43, p. 77–95, jul./dez. 2018.